



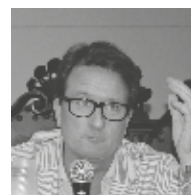
E agora, José?

“Sei que todo mundo já tem experiência nisso, mas acho complicado fazer os trabalhadores se organizarem, resistirem. Em abril do ano passado teve uma greve geral de 24 horas. Não sei como foi aqui em São Paulo, no Rio de Janeiro foi muito violenta, a reação do Estado, e a gente também tem uma fragmentação dos sindicatos. Nesse dia houve uma cisão sobre como seria a manifestação, se seria um ato da CUT na Cinelândia às sete horas da noite, ou se seria um protesto caminhando, que começaria às três horas da tarde. Bom, sei que as bombas de gás lacrimogêneo acabaram com a manifestação. Foi terrível. Achei que ia morrer. Muitas pessoas que nunca tinham ido a uma manifestação e tiveram coragem pela primeira vez, não voltaram mais. Me deram leite de magnésio e aí eu consegui ver que não ia morrer. A gente está anestesiado, sim, mas assim fica difícil. Um rapaz perdeu o olho por causa de uma bala de borracha. Então, como vou convencer os colegas a saírem nas manifestações? A gente quer comprar equipamento de proteção individual, mas não pode porque mascarado está proibido, é taxado de black bloc. Eu adoro os black bloc, mas aí fica uma confusão. Por outro lado querem que a gente trabalhe cada vez mais. Então, como a gente vai se politizar?”

O que fazer agora? Essa pergunta pairou sobre a platéia do 5º Congresso Internacional de Ciências do Trabalho, Meio Ambiente, Direito e Saúde como um fantasma, que crescia na mesma medida em que as exposições e debates aprofundavam a análise do cenário atual do mundo do trabalho no país, e acabou tomando conta das discussões na tarde do dia 30 de agosto, sobre ações de resistência à perda de direitos e à precarização trazidas por companheiros da Argentina e do Canadá na mesa “O Pulso ainda Pulsa”. O depoimento acima é de uma psicóloga do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet-RJ), sobre a sua experiência ao tentar montar uma seção sindical para técnicos em educação na instituição. Ela aproveitou o espaço aberto no debate para pedir ajuda e orientações a João Hilário Valentim, um dos integrantes da mesa, procurador do Ministério Público do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional de Liberdade Sindical, a Conalis.



Claude Melançon
Coordena a Canadian Association of Labour Lawyers (CALL); especializou-se em leis trabalhistas internacionais, integração econômica e acordos de cooperação internacional



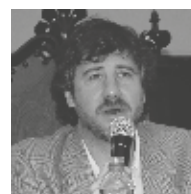
Simon Archer
Membro da CALL e co-diretor da Rede de Pesquisa Comparada em Direito e Economia Política da York University



João Hilário Valentim
Procurador do Ministério Público do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional de Liberdade Sindical, a Conalis



Luis Carlos Moro
Bacharel em Direito pela PUC de São Paulo (1989), com especialização em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP



Matías Cremonte
Presidente da Asociación de Abogados Laboralistas (AAL)



Maximiliano Garcez
Advogado Trabalhista, presidente da Associação Brasileira de Advogados e Advogadas Sindicais

Antes dela, duas outras pessoas já haviam feito perguntas no mesmo sentido, embora envolvendo questões mais específicas do sindicalismo, como o enfrentamento de medidas antissindicais; sobre o custeio sindical ou ainda a dificuldade de ampliar o debate, envolvendo o trabalhador que está desmobilizado, por exemplo. “Devo dizer que o movimento operário na Argentina, ainda que esteja, talvez, mais atomizado e dividido do que em qualquer outro momento de sua história, está dando resposta”, disse o advogado Matías Cremonese, presidente da Asociación de Abogados Laboralistas (AAL), que trouxe para o debate a experiência da Argentina no enfrentamento de uma reforma trabalhista muito semelhante à aprovada aqui no Brasil.

O advogado trabalhista canadense Claude Melançon, que falou como representante da Canadian Association of Labour Lawyers (Call), lembrou das ações que realizou em parceria com colegas brasileiros e que resultaram no fim da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), em 2005).

Depois de um rápido relato sobre o que foi a Aliança Social Continental (ASC) e os seus Fóruns Sindicais, realizados em paralelo aos eventos formais de negociação da Alca, Claude lembra que a geração mais jovem, a do seu filho, cresceu com uma nova mentalidade, que acredita nas possibilidades da democracia participativa, que é possível criar um partido só de trabalhadores. “E que esse partido pode chegar ao poder, lutar contra a fome, contra a injustiça social. E pode conseguir! E mais uma vez. Isso nunca é garantido, não se pode ignorar isso, principalmente agora. Tem que lutar por isso mais uma vez”, disse.

O advogado canadense considera que a ASC foi um movimento especial, criado com “as implicações e a criatividade da sociedade civil brasileira, dos advogados trabalhistas do Brasil, que alguns anos depois, nos levou para a experiência magnífica dos Fóruns Sociais. Estou contando isso para vocês porque acho que a nossa experiência em comum, a solidariedade nessa experiência, fez com que a gente ganhasse essa guerra contra a Alca. A Alca não aconteceu porque as pessoas se levantaram, juntas na sua diversidade e em solidariedade, para parar”, disse Claude, que ainda garantiu. “A gente espera estar junto com vocês para ajudá-los a levar essa luta adiante, porque temos o mesmo inimigo”.

Tudo de novo, agora

Logo no início das discussões, Matías havia dito que, de todas as formas de precarização do trabalho levadas adiante nos últimos 40 anos, a de maior êxito é a terceirização, que segundo ele tem um objetivo político além do econômico.

O advogado explica que, com o contrato de empresas terceirizadas, os empresários dividem os trabalhadores de uma mesma fábrica em sindicatos diferentes, com convenções coletivas de trabalho distintas, de forma que não exista um conflito único, em um mesmo momento, capaz de unir os trabalhadores dentro da fábrica ou nos polos de trabalho.

Os argentinos estão promovendo uma onda de greves no país, como protesto contra as medidas de ajuste econômico do governo de Mauricio Macri. Em junho, Macri conseguiu que o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovasse um empréstimo de 50 bilhões de dólares (195 bilhões de reais), equivalentes a quase 10% do PIB argentino, que deverá ter, como contrapartida, um forte ajuste fiscal a partir de 2019. A Conferência Geral do Trabalho (CGT), a central trabalhista histórica da Argentina, havia ameaçado parar o país caso o acordo fosse firmado. Eles cumpriram a promessa dias depois, em 25 de junho.

A Call-Acams

A Canadian Association of Labour Lawyers reúne 500 advogados trabalhistas que atendem exclusivamente trabalhadores, incluindo profissionais independentes e artistas. A Call, como é chamada, mantém um Comitê Internacional, que age principalmente na América Latina e especialmente para desenvolver a colaboração entre organizações trabalhistas e também, ações de solidariedade. O primeiro contato dos advogados da Call com a militância sindical brasileira ocorreu há 20 anos, quando se formou a Aliança Social Continental (ASC) para barrar a formação da Alca.

Antes disso, os argentinos já tinham vivido uma profusão de paralisações de categorias específicas, como os funcionários públicos e caminhoneiros na semana anterior, e de marchas de organizações sociais e políticas, que pediam mudanças na política econômica. “Com todas as suas diferentes posições ideológicas, políticas e sindicais, se uniram para uma greve geral há dois meses, e uma nova greve geral acaba de ser chamada para o dia 22 de setembro”, contou Matías em sua palestra. Essa segunda greve teria impactos também no Brasil, com o cancelamento de voos entre os dois países.

Matías diz que este movimento não irá derrubar o governo imediatamente, mas cria dificuldades para que ele imponha seu programa econômico e seu plano de flexibilização e precarização trabalhista pela via legal. “As poucas experiências de triunfo e progresso dos trabalhadores têm a ver com o retorno às ferramentas essenciais e originais dos trabalhadores”, afirma. O advogado Maximiliano Garcez, que abriu os trabalhos da mesa, havia lembrado o caso dos azeiteiros e Matías usa essa experiência como exemplo. “Não são os únicos, mas é uma experiência muito interessante, porque é uma federação nacional forte”, diz.

Os azeiteiros enfrentaram e venceram poderosas empresas multinacionais, como Cargill, Dreyfus, Cofco (Corporação Nacional de Cereais, Óleos e Alimentos da China, uma das empresas estatais chinesas de produção de alimentos), Tim, utilizando as primeiras ferramentas dos trabalhadores: assembleia nos locais de trabalho, onde também tinham representantes sindicais, e a greve. “Há 10 ou 15 anos na Argentina, uma frase muito comum é que a greve já não tem efeito, não tem sentido fazer greve, porque não provoca dano, porque ... por duzentas razões”, lembra Mathias.

As greves dos azeiteiros, no entanto, tiveram impactos importantes nas exportações do país e garantiram que a categoria terminasse o ano com um acordo que prevê aumento do salário inicial da categoria de US\$ 31.250 para US\$ 43.821,83 em janeiro de 2019, o que representa um acréscimo de 40%, com revisão prevista em julho, além de um bônus de fim de ano de 33.733 pesos.

Os argentinos também venceram uma das maiores empresas de entrega de compras feitas pela Internet no país fazendo greve. Além de reforçar o poder da paralisação, Matías usa o caso para falar sobre o que ele chama de o “paradigma do fim do trabalho assalariado, do trabalho subordinado e da relação de dependência” que surgiu com os aplicativos de trabalho como o Uber, ou em virtude do comércio virtual. “Encontraram uma forma de responder a dúvida sobre se são trabalhadores, ou são empresários autônomos”, disse. O advogado diz que a discussão neste momento é como dar proteção a essa nova forma de trabalho. “Não temos claro. É uma discussão dos advogados, dos juízes e que se dá na academia”, explicou.

Estímulo ao diálogo social

João Hilário Valentim, da Conalis, diz que o movimento sindical brasileiro passa por um momento de extrema dificuldade nas negociações coletivas, uma situação que vem desde antes da reforma. “Ela se agrava porque, embora a nova legislação não mexa nos pilares da organização sindical brasileira, quebrou uma parte dessa estrutura que era o custeio pela contribuição sindical”, diz o procurador. O fim da contribuição sindical obrigatória colocou os sindicatos em uma condição de penúria, segundo João Hilário. “Comparando a arrecadação vinda da contribuição sindical do ano de 2017 com a de 2018, a redução é da ordem de 90% ou mais para as entidades sindicais obreiras”, diz.



Divulgação/CGT

Ato na Praça do Congresso em Buenos Aires.

Terceirização ilimitada

Pouco antes de iniciar o debate, o mediador da mesa, Luís Carlos Moro, trouxe a notícia de que o Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por 7 votos a 4, a terceirização sem limites. “Tenho impressão de que a história vai cobrar dos integrantes da suprema corte o trabalho concentrado que tem sido feito contra os direitos dos trabalhadores, de efeitos não só econômicos, mas principalmente sociais. Tenho impressão que cobrarão dos ministros do Supremo Tribunal Federal muito rapidamente, se não por suas consciências, pelo menos por suas responsabilidades”, disse Luís Carlos.

O problema se agrava porque muitos sindicatos têm estruturas montadas há anos, que incluem programas sociais e assistenciais das mais variadas formas, que ficaram de um ano para o outro sem verbas. O procurador diz que parte dessas dificuldades vem dos empregadores, que acenam com facilidades na hora de dispor sobre a questão do custeio sindical, em troca da inclusão da pauta precarizante da reforma nas negociações. “A gente tem relatos de casos em que empresas tentam criar dificuldade com relação ao desconto e ao repasse das mensalidades até das filiações voluntárias”, conta João.

Os procuradores da Conalis tentam lidar com esse problema por meio de estímulo ao diálogo social, colocando o Ministério Público como uma instância disposta e aberta para fazer a intermediação, garantindo um espaço de conversa entre patrões e empregados, e promovendo debates com os sindicatos. Conseguiu realizar dois encontros, no Paraná e no Espírito Santo.

No início de sua fala, João Hilário disse estar, juntamente com seus colegas, numa situação delicada. “Falo institucionalmente e de uma instituição que compõe o governo e que nesse momento tem, com relação aos direitos laborais, desempenhado um papel um tanto quanto prejudicial para os trabalhadores.

A nossa instituição sofre um pouco também com essa questão”, avisou. Na tramitação da reforma trabalhista, os procuradores do MPT enviaram ao Parlamento uma série de notas técnicas e estudos demonstrando os problemas não só de natureza constitucional, mas também convencional, com relação aos tratados e convenções internacionais que o Brasil já ratificou, além do retrocesso e da crise social. E brigou de forma mais intensa contra a garantia legal de prevalência do negociado sobre o legislado, algo que sempre existiu na legislação brasileira, mas que estava condicionado a uma melhora nas relações de trabalho. A lei aprovada derrubou essa condição.

João Hilário diz que o MPT não desistiu da briga, mesmo depois de aprovada a Lei 13.467, que instituiu a reforma. “O marco normativo está posto, mas olhando para determinadas situações que nós já vivemos, temos um alento nesse momento de tentativa de construção de uma nova realidade normativa”, diz o procurador. A ideia é que alguns dos dispositivos da lei “não colem”.

De novo, o que fazer?

“Identificar quem é o empregador e pegar essa doutrina legal, jurídica e pensar que vamos achar uma solução, não funciona mais”, disse o colega de Claude na Call, Simon Archer. Ele conta que no Canadá, a representação sindical é fábrica a fábrica e ele tentou mudar isso, propondo aos sindicatos o modelo brasileiro de representação, por setor da economia. “Pensamos que poderíamos mudar algumas regras da ação coletiva, para tentar achar uma arbitragem que pudesse habilitar os sindicatos e melhorar as condições de trabalho também, mas essa não foi a resposta. Mudar uma regrinha aqui, uma regrinha ali, não é o que faz a diferença de verdade”, disse.

A tendência no Canadá é uma diminuição cada vez mais intensa da influência dos sindicatos na sociedade e nas questões políticas e Simon acredita que a introdução do sistema de representação setorial seria uma resposta adequada para a precarização que se instala no país, mas não conseguiu convencer os sindicatos, que seriam os maiores interessados. “Na verdade, não queremos mudar a lei, queremos mudar a cultura, a maneira como as pessoas pensam sobre si mesmas e sobre a maneira com elas entendem suas vidas”, disse.

MPT

O Ministério Público do Trabalho não é o Ministério do Trabalho, mas um dos ramos do Ministério Público da União. Temos ainda o Ministério Público estadual. Todos eles, falando genericamente, compõem instituições independentes dentro da estrutura do Estado, que têm como princípio a defesa do regime democrático, da ordem jurídica, e a defesa dos direitos sociais e individuais.

Aliança Social Continental

As reuniões para instalação da Alca haviam se iniciado na segunda metade dos anos de 1990. Em 1995, grupos do Canadá, Estados Unidos e México promoviam então, encontros e fóruns de debates paralelos à realização da Cúpula das Américas, fórum onde surgiu a ideia de criar uma aliança comercial entre os países do continente, que aconteceu em Miami (EUA) em 1994.

A partir do Congresso Laboral Canadense (CLC) e da mudança do perfil da direção na AFL-CIO (por sua sigla em inglês, Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organizações Industriais), mais progressista, e com apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) do Brasil, iniciou-se um processo de continentalização do debate, que teve como ferramenta a hoje extinta Organização Regional Interamericana de Trabalhadores (Orit).

O sindicalista Gonzalo Berrón, que na época estava na CUT, conta, em uma coletânea de ensaios sobre os dez anos da ASC publicada pela Fundação Perseu Abramo (*Alca dez anos - Fracasso e alerta a novas negociações*, São Paulo, 2015) que as ações da sociedade civil organizada se deram no contexto desses eventos oficiais principais, com a criação do Fórum Sindical, um espaço paralelo e crítico de participação. O primeiro foi convocado pela AFL-CIO e pela Orit em 1995, para acontecer paralelamente a uma reunião ministerial da Alca em Denver. Neste primeiro encontro foi redigida uma nota questionando a ausência de discussão sobre direitos trabalhistas e ambientais nessas reuniões.

O segundo Fórum Sindical foi convocado pela Orit no ano seguinte, para acompanhar a segunda Reunião Ministerial, desta vez em Cartagena. Foi elaborado um documento com as reivindicações trabalhistas e sociais, e apresentado a um representante do governo colombiano, que se comprometeu a distribuí-lo entre participantes da conferência. E aprovou que, no ano seguinte, na Reunião Ministerial de 1997, em Belo Horizonte, tentariam trazer outras organizações sociais e ONGs para a briga, além de promover uma manifestação de rua.

Isso ocorreu no terceiro Fórum Sindical, que chamou Nossa América e contou com a participação dos sindicatos canadenses em seu núcleo de formação, além da Orit e da CUT, e com a presença de delegações sindicais e sociais dos EUA, México, Canadá e Chile. A ideia de criação de uma aliança continental para lutar contra a Alca surgiu neste Fórum e iria ser configurada na primeira Cúpula dos Povos, realizada em 1998 em Santiago, no Chile, paralelamente à 2ª Cúpula das Américas e protagonizado pela Orit, que impulsionou o trabalho conjunto com as ONGs, os movimentos sociais, de camponeses e de mulheres.

Em 2001, em Quebec, a segunda Cúpula dos Povos mobilizou cerca de 50 mil pessoas em sua marcha final e iniciou a construção de uma campanha continental contra a Alca.

Claude Melançon esteve no Brasil pela primeira vez em 1997, para participar da reunião de Belo Horizonte. “Tínhamos esse problema (a Alca) em comum. A gente sabia que era ruim, eles também sabiam que era ruim, a gente tinha muito medo do que poderia sair dali. Então a gente precisava trabalhar juntos”, conta. O lançamento oficial da campanha ocorreu durante o 2º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2002, com uma marcha de 80 mil pessoas.



Fórum Social Mundial de 2007, em Nairobi